

GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 24 abril/19



ESPAÇO ASSOCIADO
**Quinta dos Açores
já está
em Lisboa**

PÁGINA 3



PROJETOS EXEMPLARES
**Raminho
aposta
numa videoteca**

PÁGINA 6

PÁGINA 4 E 5

ENTREVISTA COM O DIRETOR REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL

EXECUÇÃO DO PRORURAL+ É EXEMPLO NO PAÍS



PRORURAL+



PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas zonas rurais



ANSELMO PIRES
VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO DA GRATER

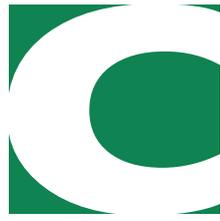
ditorial

Produções de qualidade

O mundo rural nos Açores confunde-se e muito com a pecuária, produção de leite e carne. No entanto, não tirando mérito a todas as fileiras, o chamado setor da diversificação agrícola conseguiu na última década atingir patamares bastante consideráveis. Vários têm sido os projetos, várias têm sido as apostas em novos produtos de qualidade e aumentando também as quantidades desses mesmos produtos e dos mais tradicionais.

Passamos de uma balança comercial muito negativa, onde importávamos muito e produzíamos pouco, esse caminho tem sido invertido com sinais claros e otimistas de que não podemos estar fechados na nossa zona de conforto. Temos de abrir os nossos horizontes e acompanhar as novas tendências de mercado onde o consumidor é aquele que dita as regras sobre o produto que quer consumir. Os Açores nunca serão conhecidos pelas grandes quantidades, mas sim pela excelência dos seus produtos. No setor agrícola não podemos cometer o erro de ser tudo mais do mesmo. Deverá haver espaço para os que já cá estão a desempenhar um bom papel e para os inovadores que irão elevar o nome dos Açores além-fronteiras.

Na minha opinião, neste contexto, os jovens terão um papel predominante na exploração dessas novas tendências, porque o futuro não começa amanhã, mas sim hoje.



Curiosidades... ...do mundo rural

A verdade nos provérbios

A 24 de março, um dia depois de se celebrar o Dia da Meteorologia, o Observador perguntou a alguns especialistas em clima o que é verdade e o que é mito nos provérbios populares sobre o estado do tempo. E concluiu que a sabedoria popular é, de facto, aprimorada por “centenas de anos de conhecimento no terreno”.

É verdade, por exemplo, que “em fevereiro chuva, em agosto uva”. Diogo Lopes, enólogo da AdegaMãe, explica, em entrevista àquela publicação, que se houver chuva em fevereiro os solos podem enriquecer-se de sais minerais e, assim, melhorar a qualidade da uva. “Chovendo de uma forma relativamente abundante em fevereiro, garante-se a reposição dos lençóis freáticos que as raízes podem usar para ter acesso a água em épocas mais secas. E, assim, os solos têm um teor mineral alto o suficiente para o ciclo vegetativo da planta”, pode ler-se. No Atlântico, diz o especialista, essas condições também são verdadeiras, mas dado os elevados níveis de humidade, não é necessária tanta precipitação.

É verdade, ainda, que “em abril, águas mil”. Segundo o bioquímico António Piedade, citado a partir do blogue “De Rerum Natura”, o fenómeno meteorológico que alimenta o provérbio assenta no aumento do período de luminosidade solar que incide de forma mais perpendicular a partir do equinócio da primavera no hemisfério norte. “Isto provoca um aumento progressivo da temperatura do solo, o que causa evaporação da água retida e presente nos interstícios da terra. Mesmo que essa água seja pouca devido a outonos e invernos menos chuvosos”, adianta.

“De Espanha nem bons ventos, nem bons casamentos” – outro provérbio que se diz verdadeiro. Os ventos espanhóis, segundo Jorge Castanheira, são demasiado frios no inverno ou demasiado quentes no verão devido a um fenómeno designado “efeito de transporte das propriedades” ou advecção. “Como, em Portugal, estamos

junto ao mar, temos um clima ameno. O nosso vento é predominantemente de norte ou de noroeste. Só que o vento que vem de Espanha é mais continental e, dentro do continente, as amplitudes térmicas são maiores”, diz o professor também ouvido pelo Observador.

Já a crítica aos casamentos é histórica: na época da monarquia essas uniões resultaram, várias vezes, na perda de independência dos portugueses.

São verdadeiros, ainda, os provérbios “tarde vermelha e manhã cinzenta, não esperes chuva nem tormenta”, e “verão de São Martinho, lume castanhas e vinho”. Mas há um que levanta dúvidas: “dezembro frio, calor no estio”. Primeiro porque não há dados suficientemente antigos para fazer uma análise da evolução das temperaturas e compará-las; depois, porque quando o ditado foi criado ainda não se falava em aquecimento global e as variações térmicas não eram tão inconstantes como hoje. Há, portanto, anos em que o provérbio se aplica e outros que não. A ver vamos o que acontece este ano.





Quinta dos Açores

Uma marca açoriana (também) em Lisboa

Passa pouco mais de um mês desde que a Quinta dos Açores abriu a sua primeira loja de gelados em Lisboa e a receptividade ao projeto tem sido muito positiva, garante Diana Barcelos, do Grupo Barcelos. O espaço, no Cais do Sodré, é um passo importante para a afirmação da marca fora do arquipélago.

A Quinta dos Açores, marca nascida na ilha Terceira há cerca de sete anos, é o projeto de uma vida. Começa nos anos 70, quando Francisco Helvídio Barcelos, fundador do Grupo Barcelos, adquire a lavoura do sogro, ganha forma em 1997, com a criação da Açorcarnes (associada da GRATER desde 2010), e floresce em 2012 quando, após anos de trabalho, entra em marcha a ideia que junta as carnes e o leite, este último transformado em produtos de valor acrescentado. Hoje é uma referência não só no arquipélago, mas também fora dele.

Prova disso é a curiosidade que está a suscitar a primeira loja de gelados Quinta dos Açores em Lisboa. Abriu no dia 28 de fevereiro, no Cais do Sodré, e é motivo de visita frequente – dos iniciados, aqueles que só agora começam a conhecer as particularidades dos gelados feitos a partir do leite produzido nas pastagens da ilha, e dos outros, até açorianos, que sabem há muito das qualidades deste produto *made in* Terceira.

“É verdade que temos pouco tempo de abertura, mas tem havido uma receptividade muito boa. E é engraçado porque recebemos muitos açorianos que vão de férias a Lisboa e que acabam por ir lá visitar-nos”, conta Diana Barcelos, uma das administradoras do grupo.

Desde 2012 que a Quinta dos Açores tem vindo a fazer um percurso



sustentado. Primeiro, abriu a fábrica, a loja e o restaurante na Terceira, e depois seguiu para São Miguel, mantendo sempre pé firme no negócio da exportação. Agora, o plano passa por marcar espaço em Lisboa. “Neste momento o que nós queremos é ganhar a procura dos locais e dos turistas, porque é um mercado de grande concorrência”, avançou aquela responsável. Esse caminho, sustenta, faz-se dando enfoque às características únicas dos gelados Quinta dos Açores. Em Lisboa, há cerca de 24 sabores diferentes para provar - entre eles os já famosos Dona Amélia, queijada da Graciosa e chocolate com queijo de São Jorge - embora sejam produzidos mais de 30.

“Nós apelamos muito à nossa origem, porque esse é o maior fator

diferenciador. Queremos que as pessoas percebam que este é um projeto integrado, da produção do leite à sua transformação. É muito importante, também, passarmos a mensagem da nossa relação com os animais, da liberdade que eles têm, do facto de lhes darmos um nome próprio. Isto acontece porque os Açores permitem que isto aconteça. O facto é que este é um projeto com história, não é só mais um”, sublinhou Diana Barcelos.

Mas há ainda mais uma particularidade nos gelados Quinta dos Açores – uma particularidade importante num mundo que se preocupa cada vez mais com a alimentação e a sustentabilidade: a naturalidade do produto. “Os nossos gelados têm cor neutra e muitas pessoas nos falam sobre isso. Perguntam-

nos, por exemplo, porque é que o gelado de pistácio não tem aquela cor verde que costumamos ver associada a esse sabor, e nós explicamos que são gelados naturais, não têm corantes”, referiu.

Para além da coerência e da sustentabilidade associadas ao projeto, a Quinta dos Açores destaca-se, também, pelo uso eficaz dos programas de apoio ao investimento. A loja de gelados em Lisboa, é certo, é um investimento totalmente privado, mas a fábrica, por exemplo, contou com o apoio do PRO-RURAL, um instrumento relevante para a evolução da marca.

“Estes apoios ajudam-nos a fazer melhorias na vertente da produção e da instalação. O mercado dos bens de consumo está sempre a alterar-se, está sempre em atualização, e os apoios ao investimento ajudam-nos a acompanhar as mudanças. Outra das nossas preocupações é a certificação, o que também implica investir em equipamentos”, sublinhou a administradora.

É esta atenção constante às necessidades do mercado, associada ao bem-fazer, que fazem da Quinta dos Açores um dos rostos mais importantes do empreendedorismo na ilha Terceira. Por agora as atenções estão focadas nos Açores e em Lisboa, mas quem sabe se o futuro passará, também, pela conquista de outros pontos do país.



Valter Braga, Diretor Regional do Desenvolvimento Rural

PRORURAL+ tem a melhor taxa de execução do país

O PRORURAL+, o Programa de Desenvolvimento Rural dos Açores, tem a melhor taxa de execução do país, sublinha Valter Braga. Segundo o diretor regional, trata-se de um instrumento fundamental na Região, que já permitiu a criação de um número importante de empresas e de postos de trabalho.



Chegou ao Governo Regional no ano passado, em setembro, dois anos depois do início da legislação. Com que desafios se deparou? E quais são as prioridades nesta área?

A Direção Regional do Desenvolvimento Rural tem a seu cargo, entre outras competências, a implementação e execução do Programa de Desenvolvimento Rural, o PRORURAL+, assim como do programa POSEI Açores. Como principais desafios, encontram-se a execução do PRORURAL+, assim como a implementação das medidas negociadas e aprovadas para o POSEI Açores 2019. Em relação ao PRO-

RURAL+, este apresenta a melhor taxa de execução do país, comparativamente com o PDR2020 e com o PRODERAM 2020 e que se situa atualmente numa execução de 56% e uma taxa de compromisso de mais de 84%. Em termos de desafios futuros, é fundamental que, no âmbito das negociações da nova política agrícola comum (PAC), para o próximo quadro de apoio comunitário, a dotação orçamental do programa POSEI, pelo menos se mantenha no nível da atual e que possa inclusivamente ser ajustada com o propósito de não ser prejudicada a competitividade das produções agrícolas das

Regiões Ultraperiféricas (RUP).

Em relação aos Planos Estratégicos, a nossa agricultura é fortemente condicionada pela geografia, orografia e reduzida dimensão das explorações, sendo fundamental que as regiões ultraperiféricas, em virtude das suas especificidades próprias, possam ter os seus próprios planos estratégicos regionais.

Também assume a maior importância que se mantenha a dotação orçamental do segundo pilar da PAC, contrariamente ao corte de 15% proposto pela Comissão Europeia para todos os países, no segundo pilar da PAC – Desenvolvimento Rural. Para regiões ultra-

periféricas como a nossa, o segundo pilar é fundamental, nomeadamente para a implementação de medidas de caráter ambiental e de investimento, que contribuem para a melhoria da competitividade e para a proteção do ambiente. Por outro lado, a manutenção da taxa de comparticipação máxima do FEADER em 85%, é muito importante para que não se baixem os níveis de investimento no meio rural, nas zonas ultraperiféricas, que por si só, já apresentam dificuldades, resultantes das suas condicionantes específicas, o que previsivelmente prejudicará a competitividade das produções

agrícolas nestas regiões a médio e longo prazo.

Que investimentos destacaria neste setor?

Desde logo, os investimentos na modernização das explorações agrícolas e na instalação de jovens agricultores, medida 4 – Investimento em Ativos Físicos, submedida 4.1 e medida 6.1, do programa operacional regional PRORURAL+, que permitiram uma reestruturação e o rejuvenescimento do setor, atingindo-se uma evidente melhoria quantitativa e qualitativa ao nível das nossas produções.

Neste sentido, realço o facto de já este ano se terem aprovado projetos de investimento de modernização das explorações, com um valor de mais de 12 milhões de euros de investimento, beneficiando 221 explorações. Ao mesmo tempo, foram aprovadas 58 candidaturas à primeira instalação.

Ao nível da horticultura, fruticultura e vinha, o PRORURAL+ permitiu atingir um ganho expressivo de importância ao nível da estrutura produtiva regional, contribuindo assim para aumentar a produção regional deste tipo de produtos, de modo a suprir/satisfazer um pouco mais das nossas necessidades internas.

De destacar também, os investimentos nas infraestruturas ligadas à agricultura, nomeadamente caminhos agrícolas, abastecimento de água e eletrificação das explorações agrícolas, assim como o esforço desenvolvido para acompanhar as crescentes exigências e tendências que se fazem sentir ao nível do mercado agroalimentar. Neste sentido, foram realizados investimentos muito importantes e estruturantes de modernização e ampliação da rede regional de abate, assim como ao nível da agroindústria, que totalizaram, nos últimos três anos, um investimento global de mais de 64 milhões de euros, abrangendo um universo de 32 projetos.

Qual é a importância, na sua opinião, do PRORURAL+ na implementação das estratégias de desenvolvimento local nos Açores?

O PRORURAL+, é sem dúvida, um instrumento muito importante para a implementação das estratégias de desenvolvimento local (EDL). Tem-se revelado uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das nossas comunidades rurais, apoiando projetos ligados a pequenas empresas nos



vários setores de atividade, permitindo um maior desenvolvimento, a criação de emprego, de serviços de proximidade e de preservação do património e do ambiente que, por sua vez, possibilitam a fixação de pessoas e melhoria das condições de vida das populações residentes nestes territórios.

Que evolução tem vindo esse setor a registar?

Desde há cerca de 25 anos que esta abordagem e forma de aplicação de fundos é utilizada na Região Autónoma dos Açores, sendo que nos anos mais recentes (des-

de 2007), através do Programa de Desenvolvimento Rural – FEADER, num trabalho conjunto com os quatro grupos de ação local (GAL), ADELIAÇOR, GRATER, ARDE e AS-DEPR.

A evolução é muito positiva na medida em que cada vez mais os beneficiários procuram as tipologias de apoio promovidas pela abordagem LEADER. Existe um grau de elevada confiança no trabalho desenvolvido pelos GAL, uma elevada proximidade entre quem aconselha, receciona, analisa e acompanha os projetos de investimento. Só no atual período

de programação e até 31 de dezembro do ano passado foram já aprovados 232 pedidos de apoio a que corresponde um montante de despesa pública no valor de 12 642 595,13€. Comparando com o ano de 2011, que era igualmente o quinto ano de execução do programa (PRORURAL), verificamos que naquele ano apenas estavam aprovados 57 pedidos de apoio com um montante de 1.511.776,44€.

Trata-se de indicadores muito positivos, que revelam uma evolução crescente, sustentada e bem sucedida na implementação das estratégias de desenvolvimento local (EDL).

Como é que vê a parceria com os grupos de ação local na implementação das estratégias de desenvolvimento local no arquipélago?

A gestão partilhada entre a Autoridade de Gestão (AG) do PRORURAL+ e os quatro Grupos de Ação Local (GAL) existentes nos Açores, tem sido essencial para o desenvolvimento dos nossos territórios rurais.

Estes GAL, por serem profundos conhecedores dos seus territórios, assim como da sua envolvente socioeconómica, habilitam-nos a gerir de uma forma mais eficaz e direcionada os fundos europeus e regionais, destinados ao desenvolvimento desses territórios.

Esse nível de proximidade, permite um maior acompanhamento dos projetos apresentados pelas populações, assim como um melhor aconselhamento aos potenciais beneficiários.

Em suma, o relacionamento existente entre a AG do PRORURAL+ e os GAL é, sem dúvida, uma parceria antiga e duradoura que se pretende que continue para o futuro, sempre acrescida de maior robustez e solidariedade.

Importa continuar a prosseguir com esta gestão partilhada, no sentido de fortalecer o desenvolvimento de uma gestão de proximidade com as populações de forma a que se possa continuar a contribuir para a criação e desenvolvimento de microempresas, como fator de desenvolvimento e sustentabilidade dos territórios rurais, bem como a conservação e valorização do património rural.

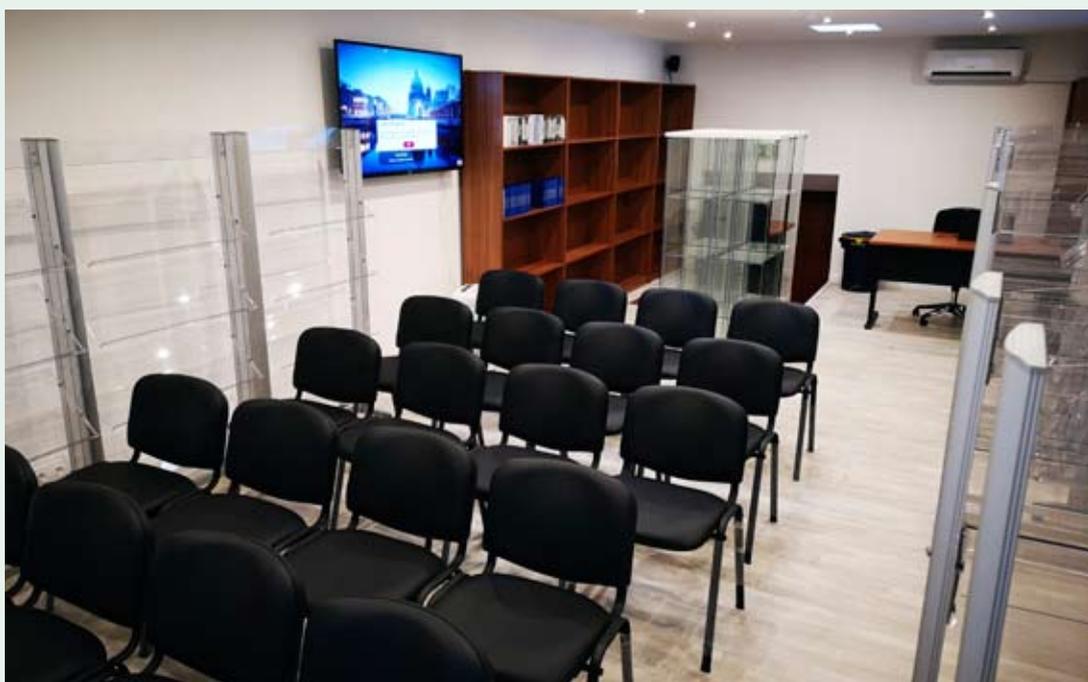
Para finalizar, fica uma palavra de agradecimento para os GAL dos Açores, pelo seu trabalho, envolvimento e empenho na prossecução do objetivo do desenvolvimento das nossas comunidades rurais.

Junta de Freguesia do Raminho Guardar memórias em vídeo

Arquivar, guardar e preservar são verbos-mote que o Raminho tem seguido à risca. A aventura começou em 2014, com a Biblioteca Álamo Oliveira, e mantém-se agora com a videoteca. O espaço está pronto a estrear, mas só deverá ser inaugurado no final de julho, no dia da freguesia.

Os projetos são da autarquia local, que já tem centenas de vídeos e de DVDs doados por raminhenses espalhados pelo mundo. Muitas dessas imagens mostram Carnaval, cantoria e outras tradições da ilha naturalmente fortes a noroeste.

“Estão-nos sempre a chegar cassetes e DVDs, nomeadamente dos nossos emigrantes nos Estados Unidos. Estamos a catalogar tudo isso, antes que seja tarde. Nós temos interesse em agrupar tudo o que é da freguesia, mas também temáticas mais abrangentes. Neste momento falta-nos ainda algum trabalho de inventariação e de catalogação”, explicou Mário Cardoso, presidente da Junta de Freguesia do Raminho, que espera que os títulos dos vídeos possam estar disponíveis num catálogo online.



Segundo o autarca, a videoteca (equipada com climatização ideal para a preservação do material em causa) pretende assumir-se como um complemento à biblioteca – que neste momento, aliás, conta com mais de sete mil livros doados por Álamo Oliveira, escritor natural daquela localidade. Posto isto, quem quiser ler e ver imagens do Raminho e da ilha no seu todo, pode dirigir-se ao edifício da Junta de Freguesia e fazê-lo, sem sair do mesmo local. É lá, também, numa sala preparada para o efei-

to – resultado de uma candidatura ao PRORURAL+ que permitiu uma comparticipação de 100%, num total de 46.400,20€ – que vai ser possível visionar os filmes.

No final, trata-se de um projeto que vai interessar a todos: “aos mais velhos, que queiram recordar memórias antigas e que sejam apreciadores de Carnaval e de cantoria, por exemplo; e aos mais novos, que também vão aos terreiros, e que queiram ver imagens que já não são do seu tempo”, conclui Mário Cardoso.

Construções Nogueira

Inovar para ganhar mercado

Há 55 anos no ativo, as Construções Nogueira sabem que o segredo para vingar no mercado é não parar, é sonhar um pouco mais alto. Nesta empresa da ilha Terceira, onde trabalha já a terceira geração da família, o mote é inovar para satisfazer a clientela. Daí que a ideia de avançar com uma candidatura ao PRORURAL+, para aquisição de material, tenha sido natural.

O projeto – enquadrado na intervenção 6.4 (Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades Não Agrícolas) – previu a aquisição de uma máquina de projeção de poliureias e espumas de poliuretano para impermeabilização e isolamento térmico, andaimes e serviço de comunicação e imagem. Ao todo, está em causa um projeto com um investimento de 30.246,90€, que comparticipado a uma taxa de 70%, pela criação de postos de trabalho, representa cerca de 21 mil euros de despesa pública. Uma ajuda importante

para impulsionar a diferenciação num setor exigente.

“Esta empresa já é mais velha do que eu e nós temos de continuar a evoluir. Neste momento temos 35 postos de trabalho, na construção civil e na carpintaria. Por isso é importante inovar”, disse Jorge Nogueira.

Desta vez, a principal novidade foi mesmo a maquinaria que permite dar melhores isolamentos e im-

permeabilização aos edifícios. Na verdade, trata-se de instrumentos tão inovadores que não existem em qualquer outra ilha do arquipélago.

“Nós temos, nos Açores, muitas dificuldades com as impermeabilizações. O meu filho, que estudou em Leiria, teve contacto com esse material, falou-nos disso e decidimos investir. É uma máquina cara, mas faz um trabalho perfeito. Há pouco

tempo, impermeabilizámos uma piscina em São Carlos e em vez de utilizarmos tijolos, utilizámos esta tela que tem grande resistência e que pode ser feita na cor que o cliente desejar”, avançou.

Neste momento, garante Jorge Nogueira, das Construções Nogueira, o setor e o negócio vão bem. A conjuntura ajuda, é certo, mas o olho para as novidades no mercado da construção civil, também.



Capacidade de implementar o LEADER é limitada pela burocracia

Vinte e nove dos sessenta grupos de ação local (GAL) rurais existentes no país responderam, em 2017, ao inquérito, desenvolvido pela Rede Europeia de Desenvolvimento Rural, sobre a implementação do LEADER. Os resultados desagregados por Estado-Membro foram tornados públicos em março e revelam que a maioria dos grupos portugueses que responderam ao desafio (92%) considera que a capacidade para implementar o LEADER é limitada pela burocracia e pelas exigências administrativas e de reporte. Trata-se de uma percentagem superior à média europeia, que é de 69%.

Para 83% dos GAL portugueses, o financiamento destinado à animação é insuficiente. Ainda assim, todos consideram que a “abordagem ascendente” e o “funcionamento em rede” são importantes, ou mesmo essenciais, para desenvolver adequadamente os territórios, sendo também particularmente valorizados o “incentivo a abordagens inovadoras”, as parcerias locais dos setores público e privado (GAL) e a aplicação de Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) territorializadas.

67% consideram que os procedimentos de implementação são capazes de atender às necessidades de desenvolvimento local de maneira flexível e inovadora (em comparação com 51% na amostra da UE), mas são também 67% que afirmam que encontrar e implementar soluções inovadoras para os problemas locais é muito importante, mas muito difícil.



Quando questionados sobre as alterações verificadas relativamente a 2007-2013, 74% referiram a diminuição da autonomia dos GAL nos processos de decisão sobre a implementação das EDL, 65% a diminuição da liberdade na definição das EDL, 61% a possibilidade de desenvolver e aplicar soluções inovadoras, 61% a redução do orçamento para a estratégia e 57% o menor envolvimento das equipas dos GAL em atividades de animação. Os elementos que menos alterações sofreram foram a composição das parcerias e os limites dos territórios de intervenção.

Relativamente às prioridades operacionais, os GAL referem em primeiro lugar o cumprimento dos objetivos traçados na EDL, seguido da mobilização e capacitação dos atores locais e em terceiro a promoção da coesão social, económica e cultural do território de intervenção. Quanto à liberdade para os GAL prosseguirem os objetivos pretendidos para essas prioridades estratégicas, 68% dos que responderam consideraram que a mesma é limitada (50%) ou muito limitada (18%), um valor muito superior aos 38% da média europeia.

No que toca às temáticas privilegiadas nas EDL, as mais referidas pelos GAL portugueses são o desenvolvimento da economia local e a criação de emprego, a inclusão social e a igualdade de oportunidades, a agricultura, as cadeias de abastecimento e os produtos locais, e ainda a cultura e as tradições.

Em relação às alterações necessárias para melhorar a implementação das estratégias, as opções mais referidas são o reforço do orçamento para as atividades de animação, a simplificação, a harmonização e a flexibilidade na utilização prática do financiamento plurifundos e o reforço do diálogo e das relações de networking entre GAL, Autoridades de Gestão, Organismos Pagadores e Rede Rural Nacional. 60% dos GAL consideram que lhes devem ser atribuídas maior liberdade e responsabilidade na seleção e aprovação dos projetos, na gestão dos projetos, no uso dos fundos e na gestão dos riscos, uma percentagem muito superior aos 19% da média europeia. Para 95%, maior liberdade e responsabilidade traduzir-se-iam em melhores concretizações dos objetivos dos GAL.



Federação Minha Terra reúne-se em Moncorvo

Decorreu em Moncorvo, no passado dia 20 de março, a assembleia geral ordinária da Federação Minha Terra, para aprovação do relatório de gestão e contas de 2018. Na sessão de trabalho participaram 48 associações de desenvolvimento local – entre elas a GRATER – representadas por 90 técnicos dos Grupos de Ação Local (GAL).

Houve ainda espaço, no dia 21, para uma sessão de esclarecimentos da Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2020 e da Autoridade de Pagamento, o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP).

Em cima da mesa estiveram assuntos como



contratação pública, verificações gerais e específicas, validação de condicionantes versus quadro sancionatório, prorrogação do pra-

zo de execução das operações, bem como a aplicação de sanções no contexto do artigo 63º do Regulamento de Execução (UE) nº 809/2014.

Neste encontro fez-se, igualmente, um ponto de situação e uma troca de experiências de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) no âmbito do projeto “Rede LEADER 2020: Qualificar, Cooperar, Comunicar”, de que a Federação Minha Terra é entidade gestora e que conta com uma parceria constituída pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural/Rede Rural Nacional com 35 GAL estabelecidos no norte, no sul e nas ilhas.

Floricultura está a crescer nos Açores



Está a crescer, nos Açores, o setor da floricultura. A exportação de próteas, por exemplo, já representa um volume de negócios anual superior a um milhão de euros, garante o Governo Regional.

“Nos últimos quatro anos, a floricultura registou nos Açores um crescimento de 10% ao nível da área em produção e de 15% no número de produtores”, revelou, na semana passada, o Diretor Regional do Desenvolvimento Rural, Valter Braga, que acrescentou que, no último ano, foram exportadas dois milhões de hastes de próteas, nomeadamente para a Holanda, entre outros países.

De acordo com o responsável pela pasta, a floricultura tem-se revelado um setor bastante dinâmico, atrativo, gerador de emprego e de riqueza nos Açores.

O Diretor Regional do Desenvolvimento Rural destacou, a propósito, que nas alterações propostas ao POSEI 2019 pelo Governo Regional e aprovadas pela Comissão Europeia, esteve a criação de uma nova ajuda ao acondicionamento de próteas, cuja portaria que define a aplicação e o controlo da concessão

desta ajuda foi publicada no passado dia quatro de abril em Jornal Oficial.

“Esta ajuda específica ao acondicionamento de próteas, que contempla um apoio de cinco céntimos por hastes comercializadas, com calibre igual ou superior a 40 centímetros, resulta da necessidade de apoiar os operadores económicos a exportar esta flor, produzida nos Açores em contraciclo com outros países produtores”, afirmou Valter Braga.

De acordo com a portaria, podem beneficiar desta ajuda as organizações de produtores, que se dediquem à comercialização dos produtos agrícolas ou transformados no mercado da União Europeia e países terceiros e, de forma excepcional, os produtores de próteas que comercializem diretamente a sua produção a partir de ilhas onde não existam organizações de produtores reconhecidas.

O responsável salientou ainda que, ao nível do programa PRORURAL+, já foram aprovados 23 projetos de modernização na área da floricultura, representando um investimento de 1,4 milhões de euros, tendo entrado nove jovens agricultores para este setor.

Desenvolvimento rural pode ser motor de uma Europa sustentável

A presidente da ELARD – European LEADER Association for Rural Development defendeu, no passado dia 14 de março, em Bruxelas, que as parcerias subregionais, com base na abordagem LEADER e DLBC, podem contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentável de cada território e comunidade no período de programação pós-2020. Maria João Botelho, que falava na conferência conjunta do Comité Económico e Social Europeu (CESE) e do Parlamento Rural Europeu (PRE) “Tornar as zonas rurais no motor de uma Europa sustentável”, disse ainda estar convencida que o LEADER/DLBC e os grupos de ação local (GAL) são instrumentos adequados para localizar, implementar, acompanhar e avaliar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas nas zonas rurais.

De acordo com a responsável, o desenvolvimento local como motor de projetos e de iniciativas pode ser um agente decisivo nesta perspetiva, pelo que, disse, há necessidade de manter os processos formais de desenvolvimento local de base comunitária no pós-2020. Para a presidente da ELARD, estes processos devem combinar e harmonizar as dimensões económicas, sociais e ambientais do desenvolvimento, estar em ligação com o carácter particular e as necessidades de desenvolvimento de cada território e contar com a cooperação e o trabalho em rede dentro/entre territórios.

Maria João Botelho referiu-se, ainda, à necessidade de reintegração do Fundo de Desenvolvimento Rural (FEADER) no Regulamento Disposições Comuns, tendo solicitado medidas técnicas “claras e expeditas, com vista a permitir uma transição suave entre os períodos de financiamento”.



• **Assembleia geral da GRATER:** 15 de abril, pelas 18h30, no Pavilhão Multiusos de Santa Cruz da Graciosa.

Ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Leitura e votação da ata nº 72

Ponto 2 – Apreciação e votação do relatório de execução do PRORURAL+ de 2018

Ponto 3 – Apreciação e votação do relatório de gestão e contas referente ao exercício de 2018

Ponto 4 – Avaliação intercalar da Estratégia de Desenvolvimento Local ao DLBC Rural

Ponto 5 – Outros assuntos de interesse para a associação

• Irá realizar-se nos dias 3 e 4 de maio a quarta reunião de parceiros do projeto Craft & Art no território do parceiro IVBAM - Instituto do Vinho, do Bordado do Artesanato da Madeira.